



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5987 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E CRIANÇA NO JARDIM DE INFÂNCIA DO SÉCULO XIX: ENTRE A NATUREZA INFANTIL E A EDUCAÇÃO MORAL

Keila Cristina Arruda Villamayor Gonzalez - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Diana Carvalho de Carvalho - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E CRIANÇA NO JARDIM DE INFÂNCIA DO SÉCULO XIX: ENTRE A NATUREZA INFANTIL E A EDUCAÇÃO MORAL

O objetivo deste texto é analisar as concepções de infância e criança presentes no final do século XIX, por meio do *Manual para os jardins da infância – ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira*, evidenciando a forma como as crianças eram vistas no Manual e consequentemente na época, marcadas pela definição de natureza infantil e de uma educação tripartida nos aspectos físico, intelectual e moral.

O *Manual para os jardins da infância – ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira*, foi escrito pelo médico e educador Joaquim José de Menezes Vieira, mais conhecido como Dr. Menezes Vieira, no ano de 1882 em comemoração ao centenário do nascimento de Froebel, o qual inspira os princípios presentes no manual. Ele foi localizado na Biblioteca Ferdinand Buisson na França e reapresentado em publicação pela pesquisadora Maria Helena Câmara Bastos, no ano de 2011. O manual pedagógico é o primeiro documento brasileiro nesse formato que temos conhecimento até o momento, voltado especificamente para os jardins de infância e publicado no período em que surgiam as primeiras instituições para as crianças menores de sete anos, os primeiros jardins de infância como eram chamados. Assim, como descrito no título, o manual é uma “ligeira compilação”, prática que era recorrente no período, de ler documentos de autores de referência e utilizar as partes que considerar importante, no caso, sendo que declara compilação dos manuais de Froebel e Marie Pape-Carpantier, e é perceptível o mesmo formato em outros manuais com orientações froebelianas como de Marenholtz-Bulow e J.Jacobs.

O manual analisado contém 135 páginas, organizadas em duas partes: uma mais teórica, subdividida pelo autor em três itens: um esboço de biografia de Froebel; uma carta de aconselhamento aos jovens professores, com orientações sobre trabalho; e orientações sobre os jardins de infância elaboradas no formato de perguntas e respostas. A segunda parte, descrita pelo autor como “parte prática”, “[...] orienta metodologicamente o professor a trabalhar com os dons ou brinquedos de acordo com os estudos de Froebel” (BASTOS, 2011, p. 89), além de citar os objetos, as atividades e o programa do jardim de crianças.

Para analisar as concepções de criança e infância presentes no Manual, recorreu-se às estratégias de análise de conteúdo, conforme indicado por Bardin (1977). Buscou-se perceber como as crianças eram vistas e qual o papel atribuído a elas, especialmente por meio das orientações de atuação aos professores nos jardins de infância. Considera-se primordial compreender o lugar ocupado pelas crianças para entender a formação da sociedade da época, quais eram os princípios tidos como fundamentais para que elas aprendessem, além de possibilitar acesso aos primeiros registros da história da educação infantil.

Para a exploração das concepções de crianças e infância no Manual, inicialmente foram localizadas todas as menções à “criança(s)” e “infância(s)”, posteriormente reunidas em uma tabela, juntamente com as respectivas frases de contexto. A análise ocorreu conforme as orientações metodológicas de Bardin (1977) para a análise de conteúdo e sob lentes analíticas fundamentadas no conceito de representação de Chartier (1990). Após uma primeira organização das informações, constatou-se o uso de termos diferenciados para referir-se a ‘criança(s)’ e ‘infância(s)’, o que levou à ampliação da busca, incluindo todos os ‘outros termos’ utilizados para estas referências.

Ao efetuar o levantamento sobre a frequência da palavra ‘infância(s)’, foram localizadas 22 ocorrências no Manual. Destaca-se que, das 22 vezes em que foi mencionada, em 14 ocasiões a palavra infância fez parte de alguma expressão com significado próprio, a maior parte no termo “jardim da infância” e uma em “favor da infância”. A utilização se deu no sentido de justificar o caráter dos jardins de infância, de explicar sua função e divulgar a necessidade de sua criação e disseminação como uma instituição educativa importante para o Brasil.

A defesa da importância dos jardins de infância foi veemente realizada pelo Dr. Menezes Vieira, que argumentava que as crianças necessitavam de um local idôneo, em que estivessem livres de causas perniciosas e distantes de ações corruptoras e maus exemplos, a fim de progressivamente desenvolver suas faculdades morais, “[...] exercitar o débil organismo, transformar e aproveitar os instintos [...], destacando estas como vantagens dos jardins de infância” (VIEIRA, 1882 *apud* BASTOS, 2011, p.134).

As outras sete ocorrências da palavra ‘infância’ fizeram referência a esta como uma etapa da vida, abordando a necessidade de valorizar essa fase como o futuro da humanidade e explicitando que o trabalho com as crianças deve considerar as particularidades da infância. Ao mencionar os processos de civilização dos homens e mulheres, Menezes Vieira afirma que observamos o início do processo civilizatório na infância, sendo este um exemplo de abordagem sobre a infância como parte constituinte das fases da vida humana (VIEIRA, 1882 *apud* BASTOS, 2011).

Uma das perguntas presentes no Manual é sobre o que se aprende no jardim de infância, e apresenta-se como resposta: “[...] a falar, a corrigir-se da gagueira, do tatibatismo, do silabantismo, do perdigotismo [formas de falas marcadas pela articulação errônea de certas consoantes], de certos cacoetes, a observar, a servir-se dos órgãos dos sentidos, a exercer a atenção, a comparar, formular juízos [...]”. O autor enfatiza, ainda, que se aprende “[...] a pensar, a raciocinar, a associar ideias, a cultivar e enriquecer a memória” (VIEIRA, 1882 *apud* BASTOS, 2011, p.138).

Percebemos a consolidação de uma visão de infância que considera as crianças como seres moldáveis, adaptáveis, capazes de serem corrigidos e ensinados pelos adultos, desde os maus hábitos corporais até os comportamentos morais esperados pela sociedade. Nesse contexto, os jardins de infância assumem a função de corrigir os maus hábitos e os comportamentos perniciosos, além de serem responsáveis pela educação do corpo.

As crianças são representadas, então, por meio de uma educação moral que enfatiza um comportamento adequado à sociedade e o desenvolvimento de hábitos e valores selecionados como característicos do jeito de ser das pessoas. Chartier (2002, p.104), ao discutir a ideia de representação, afirma que são as “[...] representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem”.

Na pesquisa sobre a palavra ‘criança(s)’, localizaram-se 217 ocorrências no Manual. Foram incluídas, além de ‘criança’, algumas derivações da palavra, como: ‘crianças’, no plural, e criancinhas. Por dezoito vezes, o termo ‘crianças’ foi mencionado apenas para referir-se ao jardim de crianças.

Com base nas menções às palavras e em sua contextualização no Manual, pode-se afirmar que, à época, consolidou-se uma determinada perspectiva de natureza infantil, que apregoava que as crianças são dotadas de instintos, mas que precisam de uma institucionalização. A fim de detalhar tal compreensão, passou-se então a organizar subcategorias que permitissem explorar o modo como as crianças foram representadas no Manual e no momento histórico em que ele fora veiculado, as quais são referentes à concepção de crianças como seres detentores de uma natureza infantil. Essas subcategorias indicam de que forma as crianças eram consideradas, a saber: como seres germináveis, brincantes, bondosos e inocentes, criadores, reprodutores e executores de tarefas e também como alunos e educandos.

Os demais termos usados no manual para designar as crianças, citados uma única vez no Manual apenas reforçam a representação das crianças como seres germináveis, bondosos, ingênuos, brincantes, executores de tarefas, criativos e que precisam de proteção. Nessa condição, as crianças foram citadas como: flores mimosas, inocentes, criaturinhas, pupilos, almazinha, pequenos operários, pacientes, zelosos, pequenos e futuro da humanidade.

Observou-se que a ideia de natureza infantil se fez presente no Manual e na percepção sobre as crianças vigente na segunda metade do século XIX, conforme indicam os excertos analisados. Assim, acreditava-se em uma criança pura e inocente, e essas características lhe eram atribuídas tão somente pelo fato de ser criança, como se fossem peculiaridades inerentes à criança, que, por conseguinte, seria detentora de uma natureza específica, a natureza infantil e as concepções de criança e infância que aparecem no manual analisado transitam entre a ideia de natureza infantil e a educação moral.

Menezes Vieira afirma no manual que “[...] a criança é um organismo complexo; dotada de instintos naturais, inteligência e paixões, exige um gênio especial diretor e prudentes contra provas antes de qualquer juízo definitivo” (VIEIRA, 1882 *apud* BASTOS, 2011, p.148), e assim, evidencia uma definição de criança pautada na ideia de natureza infantil pelo fato de abordar um conceito ancorado naquilo que considera intuitivo no infante. Os princípios de Froebel evidenciam uma natureza infantil que pode ser traduzida como específica da criança, uma natureza que faz parte dela, de ser um sujeito bom, sustentada pela ideia religiosa que defende Deus como criador do universo e para que a criança não seja corrompida é necessária a sua educação baseada em bons princípios morais. Na obra de Froebel fica evidente a crença em que Deus é a unidade e princípio de tudo, e que o homem se constitui na relação Deus-homem-natureza (FROEBEL, 2001).

Podemos compreender esses princípios froebelianos em consonância com outros autores e estudiosos da infância como Pestalozzi (1746 a 1827), Rousseau (1712 e 1778) e Comenius (1592 a 1670), considerando que esses autores também defendiam uma ideia de natureza infantil presente em todas as crianças. Mesmo considerando os diferentes contextos e momentos históricos vividos por esses autores, eles compartilhavam o entendimento de que a

educação das crianças deveria priorizar a manutenção de bons hábitos e valores, todavia ligados profundamente à questão da moral religiosa, para eles, definidora das boas e más atitudes. Comenius ao falar sobre a educação crianças na sua *Didática Magna*, afirma que ensinar “[...] às crianças, ainda não corrompidas pelos maus hábitos, é mais fácil que aos outros” (COMENIUS, 2002, p. 29).

O termo moral, etimologicamente, tem seu significado relativo aos costumes e, de uma maneira bem abrangente, pode-se considerá-lo como um conjunto de regras que se constituem por meio da cultura, da educação e das tradições do dia a dia, orientando o comportamento das pessoas em sociedade. As regras assumidas estão vinculadas a uma convenção estabelecida coletivamente por cada sociedade e definem o que está certo e o que está errado, regulando o modo de agir das pessoas. A educação moral sustenta-se nos princípios frobelianos e, conseqüentemente, em fundamentos de ordem religiosa.

Compreender as crianças e a infância nessa perspectiva reverbera em determinados encaminhamentos, como o tipo de educação mais coerente com a concepção defendida e com o tipo de crianças que a sociedade desejava formar naquele determinado momento histórico. Portanto, constata-se que a educação das crianças está de acordo com que a concepção de infância que entende as crianças como frutos da natureza infantil, evidenciando uma educação sustentada numa tríade relação: física, intelectual e moral. Nesse contexto, a educação moral se desdobra também em uma educação higienizadora, pois era preciso higienizar a sociedade para que o Brasil se constituísse como uma nação.

Kuhlmann Júnior (2000, p.476) afirma que, dessa forma, o jardim de infância “[...] cumpriria um papel de moralização da cultura infantil, na perspectiva de educar para o controle da vida social, preocupado que estava com os conflitos espelhados em suas brincadeiras [...]”, tornando essas instituições veículos capazes de “[...] europeizar o modo de vida, por meio de um programa que imitasse os cantos e os jogos das salas de asilo francesas [...]”, a fim de garantir a reprodução da moral e dos bons costumes.

A moralidade é a base de sustentação para pensar a educação desta época, ela se fez presente para a definição de um projeto de educação, pois um povo bem-educado deve seguir preceitos e valores considerados adequados pela sociedade. Se fez presente também na definição das características das crianças endossada pela sociedade, bem como na definição dos papéis familiares, com especial relevância à atuação das mulheres, principalmente na docência.

A ideia de homem como ser coletivo está aliada às questões da moralidade, pois o manual evidencia concordância com a ideia de que a civilização nasce da vida em comum, seja das famílias, dos povos ou das nações. Menezes Vieira afirmava que “[...] um dos instintos de civilização dos mais importantes da natureza humana é a necessidade de viver em sociedade” (VIEIRA, 1882 *apud* BASTOS, 2011, p.142), enfatizando que a moralidade tem início quando o indivíduo é inserido na massa. Nessa perspectiva, o autor afirma que “[...] antes de tudo é necessário, sob o ponto de vista do desenvolvimento moral, fazer da vida em comum o meio principal de reagir contra o egoísmo [...]”, além de apregoar que o verdadeiro entusiasmo para os grandes empreendimentos sociais “[...] renascerá desde que bem cedo as crianças experimentem esta vida em comum, tão moral, tão própria a despertar os mais nobres instintos” (VIEIRA, 1882 *apud* BASTOS, 2011, p.143).

A partir da ideia de natureza infantil, conceberam-se as crianças como seres germináveis, brincantes, bondosos e inocentes, criadores, reprodutores e executores de tarefas e também como alunos e educandos. Essas crianças foram orientadas por meio da prescrição empirista do manual investigado, que destaca a regulação que perpetua um tipo de “imperativo pedagógico” traduzido nos verbos utilizados como: façam, copiem, observem,

sigam e executem, dentre outros.

Ao abordar a ideia construída sobre a infância no ocidente, Charlot (2013, p.158) problematiza a imagem de infância com base na definição de natureza infantil. O autor considera que a ideia de criança é concebida tendo como referência a natureza humana, destacando que existem três noções distintas: natureza, natureza humana e desenvolvimento natural e que a pedagogia “[...] considera que a infância exprime a natureza humana no que ela tem de essencial” (CHARLOT, 2013, p.186).

Para Charlot, ao contrário das ideias hegemônicas na época, o desenvolvimento da criança é socialmente determinado, “[...] é condicionado, sobretudo, por sua origem social, é pensado como o desenvolvimento cultural das suas possibilidades naturais” (CHARLOT, 2013, p.169), reiterando assim um processo de desenvolvimento mais do que somente biológico. Assim, a ideia de natureza humana é distinta da natureza infantil, entretanto, estão interligadas e se contrapõem à ideia de uma condição humana, defendida pelo autor como necessária no entendimento de que o indivíduo é também coletivo e se constitui na relação com os outros.

Charlot (2013, p.173) relata que “[...] a ideia de infância está assim ligada aos temas filosóficos fundamentais do pensamento pedagógico [...]”, sendo que a natureza contraditória da criança possibilita compreendê-la como ser particularmente educável e eminentemente corruptível. A pedagogia tradicional e a pedagogia nova se fundamentaram em representações da infância sustentadas nos conceitos de educação e corrupção. Apesar de ambas acreditarem que a natureza da criança é corruptível, elas se diferenciam porque na pedagogia tradicional considera-se que a natureza da criança é corrompida e cabe à educação desnudar aquilo que é natural da infância; já a pedagogia nova, fundamentada a partir de Rousseau no período considerado de romantização da infância, considera a natureza da criança como inocência nata, que caberá a educação zelar pela sua manutenção, onde “[...] educar a criança é salvar nela a infância, fazer dela um homem e preservá-la dessa corrupção que a afasta da humanidade que ela traz em si” (CHARLOT, 2013, p.183).

Diante desse contexto, a ideia de conceber a criança por meio da natureza vai sendo desconstruída; entretanto, o autor mostra que as pedagogias se constituíram referentes a tal natureza de uma forma desigual, não dando visibilidade às realidades sociais e o encontro com a condição humana que interliga cultura, infância e educação. No estudo do *Manual para os jardins da infância* e da educação para as crianças da época, entende-se que há a indicação de um jeito específico para educar as crianças vinculado às questões que fundamentam a concepção representada pela ideia de instintos naturais e, portanto, quais são os desdobramentos desse entendimento para as ações orientadas no *Manual para os Jardins de Infância*?

Assim, pode-se afirmar que para pensar a criança é necessário considerar que a percepção dela individual difere da percepção do ser social. A infância é uma categoria social, afetada diretamente pelas experiências vividas pelas crianças. A condição do indivíduo é dada por meio de visões que partem da ideia de natureza infantil, de instinto e da percepção de uma criança abstrata, numa perspectiva de sujeito centrada no devir da humanidade, em detrimento da educação do sujeito social, no qual as relações são construídas com os outros sujeitos, com a cultura e possibilitam conceber a criança como sujeito heterogêneo, que se constrói nas relações e é afetado por elas, por meio de uma construção social e histórica.

Como as crianças eram vistas no manual investigado se mostra a partir de valores e crenças que guiaram as professoras/es na relação com as mesmas, desconsiderando que a infância não é uma condição dada biologicamente, ela é decorrente de uma construção social e histórica, interligada as transformações presentes no seu tempo como econômicas, sociais e

culturais.

Ao problematizar o manual estudado, evidencia-se que, assim como a moral, as questões de higiene entrelaçam-se às concepções de infância e criança. As três grandes categorias – moral, concepções de infância e higiene – estão interligadas e, por esse motivo, devem ser entendidas de forma conjunta, e não isolada, destacando-se que a moral estabelecida se torna determinante para a definição da concepção de criança e infância e para as questões advindas das necessidades de higienização da população.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Educação Infantil. Manuais Pedagógicos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Manual para os jardins de infância**: ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira– 1882. Porto Alegre: Redes Editora, 2011.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Tradução de Maria José do Amaral Ferreira. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002.

COMENIUS. **Didática Magna**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FROEBEL, Friedrich W. **A educação do homem**. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001. Originalmente publicado em 1826.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Histórias da Educação Infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, p. 469-496, maio/ago. 2000. ISSN: 1413-2478. Disponível em: <https://bit.ly/2Mybubz>. Acesso em: 1º maio 2018.